

Audidores do Porto de Santos decidem suspender greve

Término de movimento deve ser oficializado entre hoje e amanhã, durante assembleia nacional da categoria

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

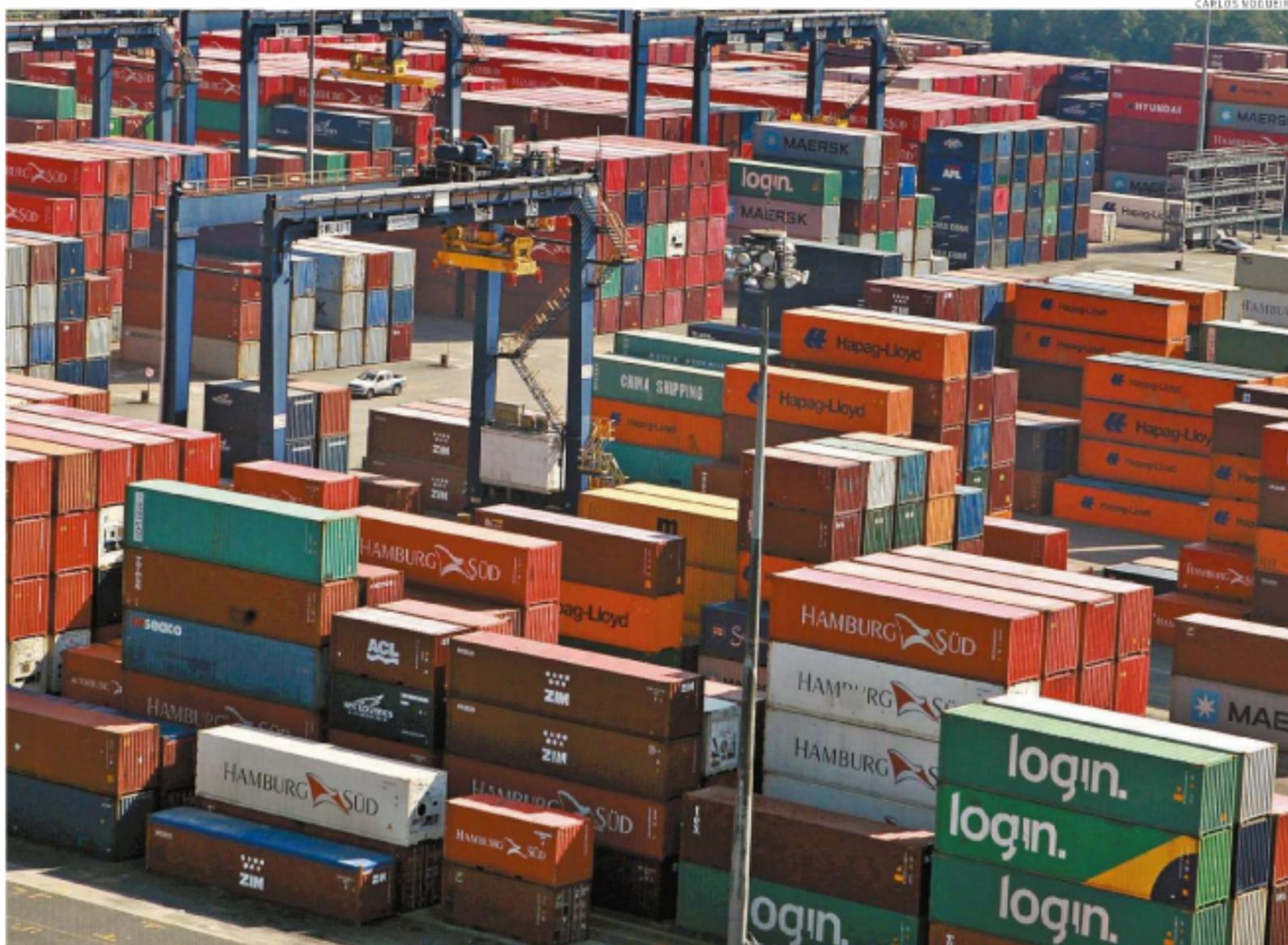
Os auditores fiscais da Receita Federal que atuam no Porto de Santos decidiram suspender a greve da categoria até o próximo dia 31. A paralisação se arrastava há quase nove meses e trouxe diversos prejuízos a exportadores e importadores que atuam no cais santista. A previsão é de que sejam necessários, ao menos, 30 dias para que as operações sejam restabelecidas por completo no Porto.

A decisão de suspender a greve foi tomada ontem, durante assembleia da categoria em Santos. No total, 19 auditores votaram a favor do retorno ao trabalho, enquanto outros 15 optaram pela continuidade do movimento.

No entanto, é esperado para a noite de hoje ou a manhã de quinta-feira o resultado da assembleia nacional da categoria. Só assim, haverá uma definição final sobre o protesto, que teve como objetivo pressionar o governo a colocar em prática o acordo salarial firmado com os auditores fiscais em 2016. No total, são 87 delegacias regionais.

Segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco) em Santos, Renato Tavares, a decisão, se aprovada pelo comando geral de greve, suspende todas as formas da mobilização da categoria, que inclui as operações meta zero, dia sem computador e a operação padrão.

A paralisação dos auditores chamou a atenção do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que participou de uma reunião com representantes do Sindifisco, em Brasília.



Com a greve, cerca de 5 mil contêineres estão à espera de liberação em terminais do Porto de Santos atualmente, segundo estimativa do SDAS

EXPECTATIVAS

“(Um mês) é tempo suficiente para que as coisas voltem ao normal e a possibilidade do fim da greve é um alívio”

José Roque
diretor-executivo do Sindamar

“A situação deve ser normalizada entre uma semana e dez dias”

Nívio Perez dos Santos
presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros

Durante o encontro, o parlamentar prometeu interceder junto ao presidente da República, Michel Temer, em troca da suspensão da greve durante este mês.

“Pela relevância do cargo que ocupa e, sobretudo, pelo protagonismo que notadamente tem no exercício do atual governo, a Diretoria Executiva Nacional (DEN) avalia que a

importância da interlocução com o deputado Rodrigo Maia é de grau elevadíssimo, podendo ser determinante para o bom desfecho das negociações”, destacou Tavares.

Apesar da boa expectativa, a categoria promete retomar o movimento, caso a articulação do presidente da Câmara dos Deputados não tenha o resulta-

do esperado. “Se não for assinado o acordo, retomamos o movimento da mesma forma, com o retardamento da liberação das mercadorias”, afirmou o diretor do Sindifisco em Santos.

Segundo o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, serão necessários, ao menos, 30 dias para que a oferta de contêineres se normalize no Porto de Santos. “É tempo suficiente para que as coisas voltem ao normal e a possibilidade do fim da greve é um alívio”, destacou.

Segundo Roque, até ontem, para cada três contêineres de importação que chegavam no cais santista, havia um destinado à exportação. O executivo aponta que a questão já causava o desbalanceamento da cadeia logística.

TEMPO DE PROCESSOS

O presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Santos e Região (SDAS), Nívio Perez dos Santos, aponta que serão necessários cerca de 10 dias para que as importações e exportações sejam processadas no tempo normal.

Em média, de 80 a 100 Declarações de Importação (DI) são protocoladas por dia na Alfândega do Porto de Santos. No entanto, durante o período de greve, apenas 10 são liberadas pelos auditores fiscais.

Com isso, o número estimado de contêineres à espera de liberação é de 5 mil, atualmente. Na importação, as DI estão sendo liberados com no mínimo 12 dias de atraso, enquanto os desembarques são protocolados com atraso de sete dias.

“A situação deve ser normalizada entre uma semana e dez dias. O que hoje está levando 12 dias poderá ser processado em 24 ou 48 horas, o tempo habitual”, destacou o representante dos despachantes aduaneiros.